

Editorial Edição Especial Novembro

Angélica Massuquetti¹

¹Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), foi criado em 2006 e é constituído pela área de concentração Organização Industrial e Economia Internacional. Uma de suas linhas de pesquisa é Integração Econômica Internacional e seus pesquisadores têm investigado os efeitos teóricos e empíricos da integração econômica em relação ao comércio e às variáveis estudadas pela macroeconomia da economia aberta. No comércio, estão sendo analisados os impactos da integração econômica internacional, tanto de forma discriminatória (preferencial, via blocos econômicos) como não discriminatória (não preferencial, via OMC), especialmente sobre variáveis como fluxos de bens e serviços, bem estar e crescimento econômico. Em relação à macroeconomia da economia aberta, regimes cambiais, coordenação de políticas macroeconômicas e fluxos de capitais são examinados mais detalhadamente. Além disso, o corpo docente também têm desenvolvido pesquisas vinculadas à questão energética, que se apresenta como uma problemática atual na agenda de pesquisa dos economistas brasileiros.

A presente edição da Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, voltada para a produção dessa linha de pesquisa, traz artigos que resultaram do esforço de investigação de seus professores e discentes nas seguintes temáticas:

- Relações comerciais;
- Ciclos econômicos;
- Políticas macroeconômicas;
- Questão energética.

No artigo de Dal Pizzol e Azevedo, foram analisados os fluxos de comércio internacional bilateral entre os países BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China – nas próximas décadas. Os resultados mostram que o volume de comércio intra-BRICs crescerá mais intensamente do que o próprio PIB destes países, gerando uma maior interdependência entre estas economias, o que poderá contribuir para a manutenção de seu crescimento econômico.

Anjos, Azevedo e Terra identificaram os produtos brasileiros com maiores perspectivas de ampliação de comércio com a China, através da avaliação da competitividade exportadora brasileira e do dinamismo importador chinês. Observou-se que a pauta exportadora brasileira para a China é extremamente concentrada em poucos produtos, especialmente minérios, soja, celulose e óleos vegetais, onde o Brasil apresenta acentuada vantagem comparativa e a China um forte dinamismo importador, ou seja, as importações chinesas são intensas naqueles produtos que o Brasil apresenta competitividade.

A pesquisa realizada por Freitas e Massuquetti analisou a competitividade das exportações do complexo soja do Brasil, da Argentina e dos EUA e identificou o grau de concentração dos principais mercados de exportação desses países. Os resultados revelaram que a Argentina e o Brasil apresentaram aumento da concentração na soja mesmo triturada e no óleo de soja bruto, enquanto para os EUA, o grau de concentração aumentou na soja mesmo triturada e no óleo de soja mesmo fracionado. Além disso, observaram-se vantagens comparativas para todos os produtos/países, com exceção da farinha de soja para o Brasil e a Argentina. Os EUA permanecem na liderança da exportação de farinha de soja, de óleo fracionado e de soja mesmo triturada.

Ness, Morais e Massuquetti avaliaram a existência de ciclos econômicos comuns na América

Latina. Os principais resultados indicam que é possível caracterizar os períodos de crescimento e recessão na Argentina, Brasil, Chile e México, especialmente nos dois choques do petróleo no início e fim dos anos 1970; na crise do Balanço de Pagamentos; e nos problemas de preços relativos. Os resultados ainda sugerem que a existência de movimentos de ajuste das economias a choques exógenos interromperam a dinâmica dos ciclos de crescimento. Também foi possível identificar diferenças na velocidade do ajuste cíclico em cada economia.

A avaliação do desempenho da política monetária conduzida pela Reserva Federal, pelo Banco do Japão e pelo Banco Central Europeu, em virtude da constituição da área do euro, foi objeto de estudo de Corsetti e Triches. Os resultados sugerem que os Bancos Centrais dos EUA, do Japão e da área do euro levam em consideração, nas suas decisões de política monetária, a evolução dos desvios ponderados das expectativas de inflação em relação à meta do presente ano e do ano seguinte, do hiato do produto e das taxas de câmbio.

Gollo e Triches analisaram o nível das reservas internacionais dos países do Mercosul e BRIC, levando-se em conta o papel das reservas em reduzir a probabilidade de ocorrência de crises e para proporcionar credibilidade. O resultado obtido indica que volumes maiores de reservas são relevantes para reduzir o custo e a probabilidade de crises. Ademais, verificou-se que os níveis de reservas acumulados, pela maioria dos países emergentes analisados, estão acima do nível considerado ótimo. Por conseguinte, elevados estoques de reservas internacionais implicam em gastos desnecessários de recursos para sua manutenção, ainda que possam ser justificados, parcialmente, pelos benefícios que proporcionam.

A avaliação da oferta e da demanda de energia no mundo e no Brasil e as perspectivas para o etanol foram pesquisadas por Schutz, Massuquetti e Alves. Os resultados demonstram que as perspectivas para o consumo, tanto de combustíveis líquidos quanto de etanol, são otimistas, gerando a expansão da produção. Além disso, não está prevista uma ruptura da atual matriz energética, mesmo com um pequeno aumento da participação das fontes renováveis no total de energia demandada.

Bertotti, Massuquetti e Lelis mensuraram o impacto dos determinantes da oferta de açúcar e álcool no Brasil com o intuito de captar a intensidade e a duração que as oscilações de preços e de produções transmitem para o mercado brasileiro. Dentre os principais resultados, fica evidenciada a relação positiva do açúcar e do álcool em relação à determinação de suas ofertas, no sentido de que o aumento da oferta de um produto gere no mesmo sentido a expansão do outro. Adicionalmente, os comportamentos das variáveis de preços, em parte, apresentaram resultados condizentes com a realidade do setor e na maioria dos impulsos corresponderam com os sinais esperados. As exportações de açúcar e taxa de câmbio impactam positivamente na renda recebida pelo produtor e inferem positivamente para a expansão da oferta brasileira de açúcar.

Machado e Triches investigaram as formas institucionais de regulação da produção de petróleo dos EUA, Brasil, Argentina, Venezuela e Arábia Saudita, especialmente do ponto de vista da forma contratual e do nível de intervenção direta do Estado. Como resultados, demonstraram-se as cinco realidades distintas quanto à produção, ao consumo, à capacidade de refino e ao comércio do petróleo nos países estudados, bem como as formas de arranjos institucionais distintos pelos quais esses países regulam a exploração do petróleo, seja através de contratos de concessão e institucionalização de agências reguladoras do setor, como os Estados Unidos, seja apenas com contratos de concessão sem agências reguladoras, como na Argentina. No caso venezuelano, existe apenas contrato de joint-venture entre a iniciativa privada e a empresa estatal. Na Arábia Saudita, há um monopólio absoluto no setor de propriedade estatal. No Brasil, verifica-se a existência de contratos de concessão, agência reguladora e uma única empresa de capital estatal.

Por fim, Raffi, Massuquetti e Alves analisaram a política de investimento estatal na geração de hidrogênio no Brasil. Constatou-se que os investimentos brasileiros em hidrogênio estão direcionados para dois segmentos: gerar energia nas células a combustível para suprir veículos e unidades estacionárias e gerar hidrogênio com o objetivo de produzir um combustível com um menor teor de enxofre. Por fim, a preocupação com o meio ambiente tem suscitado a procura por combustíveis mais eficientes e menos poluentes. Neste sentido, os investimentos estatais brasileiros em hidrogênio estão buscando a redução dos impactos ambientais ocasionados por combustíveis fósseis.